

Entre diplomacia e maneiras

**Adriano
Moreira**



A intervenção dos EUA, na evolução da estrutura internacional, tem um passado histórico importante, destacando-se a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em que a intervenção do presidente Wilson levou à criação da Sociedade das Nações, e na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em que, embora tenha morrido antes de ser assinado o Tratado de Paz, foi Roosevelt um inspirador do que viria a ser a ONU. No primeiro caso, Portugal participou na geral guerra de África, e na guerra da Europa, para salvar o património colonial sem necessitar de prestar qualquer cuidado à extinção dos impérios europeus, à qual conduziu a Carta da Sociedade das Nações, que os EUA inspiraram e não assinaram; e, no segundo caso, à programação do fim dos impérios coloniais, regra que foi cumprida com várias intervenções militares. Mas a ONU, fundada com esperança de tornarem real a utopia do “mundo único”, isto é, sem guerras, e mundo “terra comum dos homens”, o que não conseguiu nem a paz nem a real igualdade de direitos, sem diferença de etnias, de culturas, de religião, tudo se manteve sem conseguir ser sempre lembrado, agora talvez mais atingido pela crise epidémica que se globalizou.

Acontece que, embora na Carta da ONU a sonhada paz tenha recebido o mais responsável garante no Conselho de Segurança, este tinha a imagem de uma aristocracia baseada no direito de veto, sendo cinco os direitos de veto, que são dos EUA, do Reino Unido, da França, da Rússia, e da China. Assim como os EUA eram, sem o proclamar com escrita norma jurídica, a mais importante das potências, a China passou anos afastada com a representação de Taiwan, invocando esta o governo legal e geral da China, com a presidência dos vencidos nacionalistas. Neste século sem bússola, a nova China tornou claro que pretendia, e recupe-

rou a representação no Conselho, não recusar a tendência de “um Estado e dois sistemas”, regra que adotou com prazo para recuperar Hong Kong, a antiga colónia da Inglaterra, e pretende ainda recuperar o mar territorial em que deixara de navegar antes da presença portuguesa. Tem assim um programa que levou o embaixador dos EUA a comunicar, em entrevista pública ao *Expresso* (26 de setembro), que “Portugal tem de escolher agora entre os aliados e os chineses”. Isto acrescentando não ter conhecido as declarações necessárias do nosso ministro dos Negócios Estrangeiros e do primeiro-ministro português, que foram maneiras mais amenas do que a usada, em tempos, pelo jornalista Sylvan Cyhal considerando o “trumpismo um estilo severamente adjetivado. A intervenção aqui feita obriga a pensar, com inquietação, na declaração do general Ben Hodges, ao sair do comando das tropas americanas na Europa, admitindo, há dois anos, que “EUA e China estarão em guerra dentro de 15 anos”. A sua previsão ameaça é entre dois aristocráticos dos membros do Conselho de Segurança da ONU, um que mais longamente esperou para ser recebido.

Acontece que, quando o presidente dos EUA resolve transmitir orientações em termos que a diplomacia ignora, não sabe que Portugal tem uma relação de séculos com a China, que Mao declarou uma vez ser este o único país ocidental que não fizera guerra ao seu país, sendo Portugal responsável pelo início da ocidentalização mundial que os projetos da América First procuram neste século sem bússola colocar na sua hierarquização. Portugal tem no estatuto de Macau história e responsabilidade ética, pertence à CPLP dos Estados de língua portuguesa com que a China tem relações pacíficas e interessadas, e tem no Atlântico, sobretudo no que abrange o Brasil, São Tomé, Cabo Verde, Angola, passado, história, projetos e deveres de futuro, é aliado fiel da NATO, embora, durante a guerra,

a geração de estudantes tenha ouvido primeiro que era um ultimato americano sobre os Açores, mas que a Inglaterra afinal corrigiria com a invocação da aliança secular. Será possível ter nos arquivos americanos o relato da visita a Portugal do general Eisenhower, com expresso respeito pela participação aqui assumida. Membro da União Europeia, Portugal não ignora que a circunstância mundial não garante a nenhum Estado a capacidade de enfrentar, sem solidariedade global, a incerteza do futuro inevitável. É errado pretender reassumir a inútil aristocracia que o Conselho de Segurança perdeu. A evidência da situação do globo, é que o isolamento de qualquer Estado, supondo ter capacidade de enfrentar o futuro sem bússola com que se encontra o globo, contribuirá apenas para agravar a circunstância enfrentada pelos que assumiram na ONU

a solidariedade global. Os EUA tiveram nas duas guerras mundiais, e na guerra fria, uma contribuição que ajudou a “justiça global”, e a substituição da diplomacia por maneiras sem memórias não é um corolário dessa justiça.

Quando Trump resolve transmitir orientações em termos que a diplomacia ignora, não sabe que Portugal tem uma relação de séculos com a China.